



INFORMATIVO

OUTUBRO | 2025

# podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**DEPUTADO RAIMUNDO COSTA MANTÉM LUTA PELOS DIREITOS DOS PESCADORES APÓS PERDA DE VALIDADE DA MP**

PÁG. 6

**Projeto de Tiago Dimas prevê triturar garrafas para combater falsificação de bebidas**

## EXPEDIENTE

### LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:**  
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

**Presidente Nacional do Podemos:**  
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

**Chefe de Gabinete:**  
Fábio de Souza Oliveira

**Secretário Nacional de Comunicação:**  
Bruno Valente

**Coordenador de Comunicação:**  
Alisson Esteves

**Jornalista Responsável:**  
Marília Jardim

**Revisão Geral:**  
Daniel Roriz

**Diagramação e Arte:**  
Maura Mosquera

#### **Colaboradores:**

Brunna Morais, Camila Aiube, Camile Tolentino, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, Gabriel Verly, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Philippe Zanchetta, Natana Cristina, Rafaella Panceri, Robert Alves, Artur Póvoa, Tikkho Maciel e Tullio Damin Da Sois.

# SUMÁRIO

- 4** Deputado Raimundo Costa mantém luta pelos direitos dos pescadores após perda de validade da MP
- 6** Projeto de Tiago Dimas prevê triturar garrafas para combater falsificação de bebidas
- 8** Sargento Portugal segue firme na defesa da segurança pública e dos direitos sociais
- 10** Rodrigo Gambale apoia política nacional contra a violência nas escolas
- 12** Dr. Victor Linhais transforma perda pessoal em luta pela saúde das mulheres no Outubro Rosa
- 14** Renata Abreu alcança vitórias que fortalecem pessoas, cidades e o Brasil
- 16** CCJC aprova projeto que prioriza o julgamento de ações sobre desastres ambientais
- 18** Deputado Haully apresenta PDL que cria nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva
- 20** Rafael Fera apresenta projeto para valorizar os servidores da segurança pública
- 22** Nely reforça luta contra o câncer de mama e defende ampliação do acesso à saúde
- 24** Romero Rodrigues propõe Política Nacional para Atenção à Mulher na Menopausa
- 26** Gilson Daniel lança programa “Eu Vou de Bicicleta” com investimento de R\$ 6 milhões para Agentes de Saúde
- 28** Projeto de Ruy reforça defesa dos animais: punições mais duras contra maus-tratos
- 30** Deputado Samuel Santos quer fortalecer medicina preventiva nas escolas
- 32** Os desafios dos recém-formados da enfermagem na busca do emprego
- 34** Aprovado relatório de Bruno Ganem que endurece punição a quem acorrenta cães
- 36** Transformado em lei projeto de Fábio Macedo voltado à saúde da mulher
- 38** ARTIGO: Educação especial começa pela valorização do professor

**“Apresentei a emenda supressiva ao Artigo 71 para que essa morte anunciada às entidades de pesca não avance em garantia do direito de o pescador pescar e se alimentar”**

# DEPUTADO RAIMUNDO COSTA MANTÉM LUTA PELOS DIREITOS DOS PESCADORES APÓS PERDA DE VALIDADE DA MP

A Medida Provisória 1303/2025 provocou forte mobilização entre pescadores artesanais e parlamentares em todo o país. O deputado federal Raimundo Costa (PODE/BA) apresentou emenda supressiva no Congresso Nacional para derrubar o Artigo 71 da medida que alterava as regras para homologação do seguro-defeso.

O parlamentar baiano apelidou a proposta de “MP do Trava-Defeso”, alertando para os riscos que a medida representava à categoria. O ponto mais crítico estava no Artigo 71, que transferia das entidades de pesca para as prefeituras municipais a responsabilidade pela homologação do benefício, algo que poderia dificultar o acesso dos pescadores ao seguro-defeso. Raimundo Costa organizou uma ampla mobilização para barrar o dispositivo.

O relator da MP, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), chegou a promover mudanças nas regras do seguro-defeso, retirando a exigência de Cadastro de Identidade

Nacional (CIN) e dados de geolocalização do beneficiário. A MP 1303/2025, que tratava principalmente da tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais, foi aprovada pela comissão mista do Congresso com placar apertado: 13 votos favoráveis e 12 contrários.

A medida, porém, perdeu a validade antes da votação final no Congresso. Apesar disso, o deputado Raimundo Costa segue firme na luta para assegurar os direitos dos pescadores artesanais.

“Na condição de deputado, apresentei a emenda supressiva ao Artigo 71 para que essa morte anunciada às entidades de pesca não avance em garantia do direito de o pescador pescar e se alimentar. A luta continua para garantir que os direitos da nossa categoria sejam preservados”, declarou Raimundo Costa.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Esta foi uma das batalhas mais desafiadoras do deputado Raimundo Costa no Congresso Nacional: defender a aposentadoria especial do trabalhador rural.

# PROJETO DE TIAGO DIMAS PREVÊ TRITURAR GARRAFAS PARA COMBATER FALSIFICAÇÃO DE BEBIDAS

*Descarte seria logo após grandes eventos, sejam públicos ou particulares; congressista também destaca caráter ambiental da iniciativa*

Como resposta à onda de falsificação de bebidas alcoólicas no Brasil, inclusive com uso de metanol que levou pelo menos 15 pessoas à morte e deixou dezenas internadas, o deputado Tiago Dimas (TO) apresentou o projeto de lei 5063/2025, que prevê a obrigatoriedade do descarte seguro de garrafas de vidro em eventos públicos e privados.

O objetivo da proposta é a inutilização imediata das embalagens de vidro por meio da trituração mecânica. Na justificativa, Tiago Dimas destaca que o descarte inadequado de garrafas de vidro tem sido um dos principais vetores da falsificação. Hoje, criminosos adquirem embalagens originais recolhidas após consumo em shows, bares e festas para reutilizá-las no envase de líquidos desconhecidos em laboratórios e fábricas clandestinas.

“A situação das bebidas com metanol é gravíssima e o nosso projeto visa reduzir drasticamente as chances desse problema de saúde pública persistir. Hoje, muitas vezes com adição de substâncias altamente tóxicas, como o metanol, que pode causar cegueira, intoxicações graves e até a morte”, pontuou o parlamentar. Pela proposta, as embalagens de bebida devem ser trituradas, preferencialmente, no local da festa, em área segura e isolada.

Como alternativa, o projeto estipula o transporte em segurança até uma unidade de descarte licenciada. A trituração deve ocorrer no prazo máximo de 48 horas após o fim do evento.

## Penalidades

Pelo texto do artigo 2º, os organizadores de eventos que comercializem bebidas em garrafas de vidro deverão realizar o descarte utilizando equipamentos apropriados, como moedores de vidro ou similares. O descumprimento das normas sujeitará o infrator a sanções que incluem desde advertência por escrito na primeira infração, até multa de R\$

5 mil por reincidência e, após três infrações consecutivas, suspensão da autorização para realizar novos eventos.

## Ganhos ambientais e valorização dos catadores

O projeto também busca promover a sustentabilidade ambiental. O material resultante da trituração deverá ser destinado à reciclagem. Tiago Dimas lembra que, atualmente, o vidro ainda apresenta baixos índices de reaproveitamento no Brasil. Assim, ao estabelecer o descarte obrigatório e a destinação adequada, será criado um mecanismo de indução positiva à economia, estimulando a coleta e o processamento industrial do vidro reciclado.

“Cumpre destacar, ainda, o impacto social deste projeto de lei. O Artigo 3º do projeto estimula o encaminhamento preferencial do material triturado às cooperativas de catadores e associações de reciclagem, fortalecendo o papel desses trabalhadores na cadeia produtiva sustentável. A valorização da atuação dos catadores contribui para a geração de renda, inclusão social e fortalecimento da economia local”, explica o deputado.

## Segurança e regulamentação da lei

Por fim, o parlamentar destaca que a obrigatoriedade do descarte seguro e trituração das garrafas motiva um recolhimento mais rápido das embalagens, o que evitaria o eventual uso como armas em brigas e confusões: “Há, também, uma dimensão de segurança pública que não pode ser negligenciada. Garrafas de vidro inteiras, quando descartadas em grandes eventos, frequentemente se tornam instrumentos de agressão em situações de tumulto, brigas ou vandalismo”.


Pelo projeto, o governo federal terá o prazo de 90 dias, a partir da publicação, para regulamentar a lei, definindo os critérios técnicos para os equipamentos de trituração e os procedimentos de fiscalização.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

○ Podemos votou a favor do consumidor e contra mais uma prática abusiva das companhias aéreas.



**“A situação das bebidas com metanol é gravíssima e o nosso projeto visa reduzir drasticamente as chances desse problema de saúde pública persistir”**



**“Tenho apresentado e relatado projetos estruturantes voltados à modernização das forças de segurança, à dignidade dos militares e à defesa das famílias”**

# SARGENTO PORTUGAL SEGUE FIRME NA DEFESA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DOS DIREITOS SOCIAIS

Independentemente das etapas de tramitação, o deputado federal Sargento Portugal (RJ) segue atuando com firmeza em pautas que fortalecem a segurança pública, garantem valorização aos profissionais que servem o país e ampliam direitos sociais e políticas de inclusão.

Com uma agenda propositiva e técnica, o parlamentar tem apresentado e relatado projetos estruturantes voltados à modernização das forças de segurança, à dignidade dos militares e à defesa das famílias brasileiras.

## Modernização da Segurança Pública – PLP 36/2025

O Projeto de Lei Complementar 36/2025, de autoria do deputado do Podemos, regulamenta o uso de drones, VANTs e ARPs nas operações das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública.

A proposta busca dar segurança jurídica aos agentes e garantir o uso responsável e técnico da tecnologia, preservando a vida, a privacidade e os direitos individuais. O termo utilizado no projeto original inclusive já foi atualizado pelo relator para constar Sistema de Aeronave Não Tripulada (UAS), termo mais moderno que abrange todos os tipos almejados pelo projeto.

O texto foi aprovado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e segue avançando no Congresso.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Sargento Portugal propõe substituir a tornozeleira eletrônica por câmeras corporais para condenados em regime aberto ou semiaberto.

## Valorização da tropa – PL 5967/2023

De autoria do parlamentar, o projeto assegura aos policiais e bombeiros militares uma carga horária máxima de 144 horas mensais, além de pagamento em dobro por feriados e horas extras.

A proposta representa reconhecimento, equilíbrio e respeito à rotina dos profissionais da segurança pública, valorizando o trabalho e preservando a convivência familiar. Esse projeto representa a defesa do operador de segurança pública, principal pauta do mandato.

O deputado tem atuado junto ao relator e com lideranças da Casa para garantir avanço e aprovação da matéria.

## Inclusão e direitos humanos – PL 3495/2025

Relator do projeto aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Sargento Portugal contribuiu para a aprovação do Abril Azul, mês dedicado à conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A proposta reforça o compromisso com políticas públicas de inclusão, informação e combate ao preconceito, fortalecendo o respeito e a empatia em toda a sociedade.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

# RODRIGO GAMBALE APOIA POLÍTICA NACIONAL CONTRA A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

O deputado federal Rodrigo Gambale (SP) é coautor e votou a favor do projeto que institui a Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas, aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados.

A proposta, que segue agora para o Senado Federal, estabelece diretrizes permanentes para fortalecer o ambiente escolar como um espaço de segurança, acolhimento e respeito, promovendo ações de prevenção, mediação de conflitos e apoio psicossocial a alunos, professores e toda a comunidade escolar.

O texto cria um plano integrado entre União, estados e municípios, com medidas como: formação continuada de professores e profissionais da educação para identificar sinais de violência e atuar em situações de risco; campanhas educativas nacionais sobre respeito, empatia e cultura de paz; protocolos de segurança e resposta rápida em casos de ameaças ou agressões; criação de comissões escolares de proteção e convivência; acolhimento psicológico e social para vítimas de violência e seus familiares.

Para o líder, a iniciativa é essencial diante do aumento dos casos de agressões em escolas e reforça o compromisso do Parlamento com a proteção integral de crianças e adolescentes.

“Esse projeto representa um passo importante na construção de uma política pública permanente, que une prevenção, acolhimento e segurança pilares essenciais para a proteção das nossas crianças e adolescentes”, afirmou Gambale.

O parlamentar destacou ainda que a efetividade da nova política depende da integração entre escolas, famílias e poder público, para garantir que cada unidade escolar seja um ambiente de aprendizado, cuidado e paz.

“A escola precisa voltar a ser o lugar mais seguro para nossas crianças e adolescentes. Esse projeto garante acolhimento, prevenção e proteção a todos”, defende o parlamentar.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

O líder do Podemos na Câmara, Rodrigo Gambale, defende a criação de um Sistema Nacional de Rastreabilidade de Bebidas Alcoólicas (SINARBA).



**“A escola precisa voltar a ser o lugar mais seguro para nossas crianças e adolescentes. Esse projeto garante acolhimento, prevenção e proteção a todos”**



“Transformar a dor em ação tem sido meu norte. Meu compromisso é colocar a prevenção e o cuidado sempre em primeiro lugar”

# DR. VICTOR LINHALIS TRANSFORMA PERDA PESSOAL EM LUTA PELA SAÚDE DAS MULHERES NO OUTUBRO ROSA

No mês em que a prevenção ganha destaque com o Outubro Rosa, o deputado federal Dr. Victor Linhalis (ES) reafirma seu compromisso com a saúde das mulheres — um compromisso que nasceu de uma dor pessoal. Ainda na infância, ele acompanhou de perto a luta da mãe contra o câncer de mama, uma batalha que terminou em perda, mas também acendeu nele o desejo de transformar dor em ação.

Na Câmara dos Deputados, Linhalis tem priorizado pautas ligadas ao diagnóstico precoce e ao tratamento do câncer. Foi relator do Projeto de Lei 6.759/2010, que propõe incluir exames de biomarcadores e testes genéticos no Sistema Único de Saúde (SUS). A medida pode ampliar as chances de cura ao garantir diagnósticos mais precisos e tratamentos personalizados, especialmente para mulheres com predisposição à doença.

O parlamentar também defende a redução da idade mínima para realização de mamografias em mulheres consideradas de alto risco, ampliando o acesso à prevenção. Além disso, é autor do Projeto de Lei 4.615/2019, que propõe criar o Cadastro Nacional de Pesquisa em Drogas Experimentais para o Tratamento do Câncer — o Banco

Nacional de Combate ao Câncer. A iniciativa busca dar mais transparência e agilidade à pesquisa científica, encurtando o caminho entre os estudos e os pacientes que mais precisam.

No Espírito Santo, Linhalis tem contribuído diretamente com investimentos na saúde pública. Já destinou mais de R\$ 76,5 milhões para fortalecer hospitais e unidades de saúde e R\$ 1,7 milhão exclusivamente para a Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (AFEEC), do Hospital Santa Rita — referência no tratamento oncológico no estado.

Para ele, a luta contra o câncer de mama não pode se restringir a uma campanha anual: precisa ser permanente, com informação, acolhimento e investimento.

“Transformar a dor em ação tem sido meu norte. Meu compromisso é colocar a prevenção e o cuidado sempre em primeiro lugar”, afirma Dr. Victor Linhalis.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Dr. Victor Linhalis defende reduzir essa idade para mulheres de alto risco, garantindo que mais mulheres tenham acesso precoce à detecção do câncer de mama.

# RENATA ABREU ALCANÇA VITÓRIAS QUE FORTALECEM PESSOAS, CIDADES E O BRASIL

A deputada federal Renata Abreu (SP) segue transformando boas ideias em projetos que melhoram a vida dos brasileiros. Em outubro, ela avançou em pautas de saúde, inclusão e consumo consciente na Câmara dos Deputados e, fora do Congresso, manteve o compromisso de ouvir, dialogar e entregar resultados concretos.

Entre os destaques do mês está o PL 4922/2025, que cria a Política Nacional de Educação e Conscientização sobre Endometriose e Saúde Menstrual. O projeto busca reduzir o tempo médio de diagnóstico da doença — que hoje ultrapassa sete anos — e combater a desinformação que ainda cerca o tema. A proposta prevê campanhas educativas, capacitação de profissionais da saúde e inclusão do tema na grade escolar, articulando União, Estados e Municípios em uma ação permanente de informação e acolhimento.

Outra conquista foi a aprovação, pela Comissão da Pessoa Idosa, do PL 19/2025, também de autoria de Renata, que amplia a acessibilidade nas embalagens e rótulos de produtos, beneficiando idosos, pessoas com deficiência e cidadãos com menor escolaridade. A medida garante o uso de braille, ícones ampliados, cores contrastantes e QR Codes em áudio.

“Um simples rótulo pode significar independência e dignidade para milhões de brasileiros”, celebra a deputada.

No campo econômico, a deputada luta pela atualização dos limites do Simples Nacional, pauta que

mobiliza prefeitos, empresários e entidades em todo o país. O PLP 108/2021 corrige uma defasagem de 60% nas faixas de faturamento e cria reajuste automático anual pelo IPCA — medida essencial para garantir fôlego aos pequenos negócios, que representam 97% das empresas brasileiras e geram a maior parte dos empregos do país.

Estudos indicam que a atualização pode gerar 870 mil novos empregos e injetar R\$ 81 bilhões na economia real, fortalecendo o setor produtivo e ampliando oportunidades. Com a mesma energia que atua no Congresso, Renata percorreu o interior paulista levando diálogo e resultados. Reuniu-se com prefeitos e lideranças locais para discutir políticas de fomento e geração de emprego, alinhadas à defesa do Simples Nacional.

Em Limeira, participou da inauguração do Espaço Família Azul, centro de atendimento a crianças com autismo, viabilizado com recursos federais de seu mandato e com capacidade para 500 atendimentos semanais.

Encerrando o mês, foi homenageada com o Título de Cidadã Limeirense, concedido pela Câmara Municipal, em reconhecimento à sua contribuição para o desenvolvimento da cidade e ao compromisso com a inclusão e a saúde.


⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

Vitória na Câmara! Graças à articulação e emenda da deputada federal Renata Abreu, colocamos um freio em duas velhas práticas das companhias aéreas.

**“Um simples rótulo pode significar independência e dignidade para milhões de brasileiros”**



**“A demora na resolução dos processos cíveis e criminais relacionados a tragédias ambientais pode agravar muito mais a dor e o sofrimento vivenciados pelas vítimas e suas famílias”**

# CCJC APROVA PROJETO QUE PRIORIZA O JULGAMENTO DE AÇÕES SOBRE DESASTRES AMBIENTAIS

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou projeto de lei que assegura prioridade ao julgamento de ações cíveis e penais relacionadas a desastres ambientais. O texto aprovado seguirá para o Senado, a menos que haja recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados.

A proposta altera o Código de Processo Civil (CPC) e o Código de Processo Penal. Hoje, o CPC assegura prioridade a processos em que:

participem pessoas com 60 anos ou mais, ou portadoras de doença grave;

- sejam regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

- envolvam vítimas de violência doméstica e familiar, conforme a Lei Maria da Penha; ou

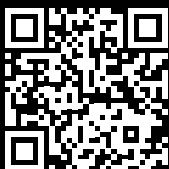
- tratem de regras gerais de licitação e contratos.

A comissão aprovou o substitutivo do relator, deputado Mauricio Marcon (RS), ao Projeto de Lei

4536/23, do deputado Dr. Victor Linhalis (ES). O autor argumenta que o atraso na solução de conflitos judiciais decorrentes de desastres ambientais, como os de Mariana e Brumadinho, aumenta o sofrimento das vítimas e atrasa a recuperação dos ecossistemas danificados. As informações são da Agência Câmara.

O relator concordou com Linhalis e propôs um novo texto apenas para aperfeiçoar a técnica legislativa. “A demora na resolução dos processos cíveis e criminais relacionados a tragédias ambientais pode agravar muito mais a dor e o sofrimento vivenciados pelas vítimas e suas famílias, bem como dificultar a restauração ambiental das regiões afetadas”, disse Marcon.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Mauricio Marcon é membro da CPMI que investiga os descontos indevidos em benefícios do INSS, fraude que pode ter chegado a R\$ 6,4 bilhões.

# DEPUTADO HAULY APRESENTA PDL QUE CRIA NOVA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Com uma sólida atuação municipalista, como vereador e prefeito de Cambé, e também como presidente da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (Amepar), o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PR) sempre foi um entusiasta e defensor do Terceiro Setor, ou seja, das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, como associações e fundações, que atuam em áreas de interesse social para promover o bem público, como saúde, educação, direitos humanos e meio ambiente.

E ao deparar com os efeitos perversos do Decreto 12.686/2025, editado pelo Governo Federal que, a pretexto de criar a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, ameaça o funcionamento das APAEs, o deputado Hauly apresentou o PDL 853/2025, que susta os efeitos do Decreto 12.686/2025, e propõem a criação de uma nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, a qual respeita e preserva a atividade regular das APAEs.

Para Hauly, é inaceitável esse Decreto do Governo que impõe a matrícula obrigatória em escolas regulares e ameaça o funcionamento de instituições filantrópicas históricas como as APAEs, Pestalozzis e demais escolas especiais, que há décadas oferecem atendimento educacional especializado de excelência.

**Objetivo do PDL 853/2025:**

Proteger o direito das famílias e das instituições especializadas de continuarem oferecendo educação adequada às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, sem imposição de matrícula exclusiva em escolas regulares

e sem perda de apoio técnico e financeiro federal.

Fundamentos constitucionais:

- Art. 205: A educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade.
- Art. 206, III: Garantia do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.
- Art. 208, III: Atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular, mas não exclusivamente.
- Art. 227: Dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência.

O decreto viola a liberdade pedagógica e o direito das famílias de escolher o ambiente educacional mais adequado.

Obrigar todas as matrículas em escolas regulares fere o princípio da adequação razoável e da autonomia das famílias.

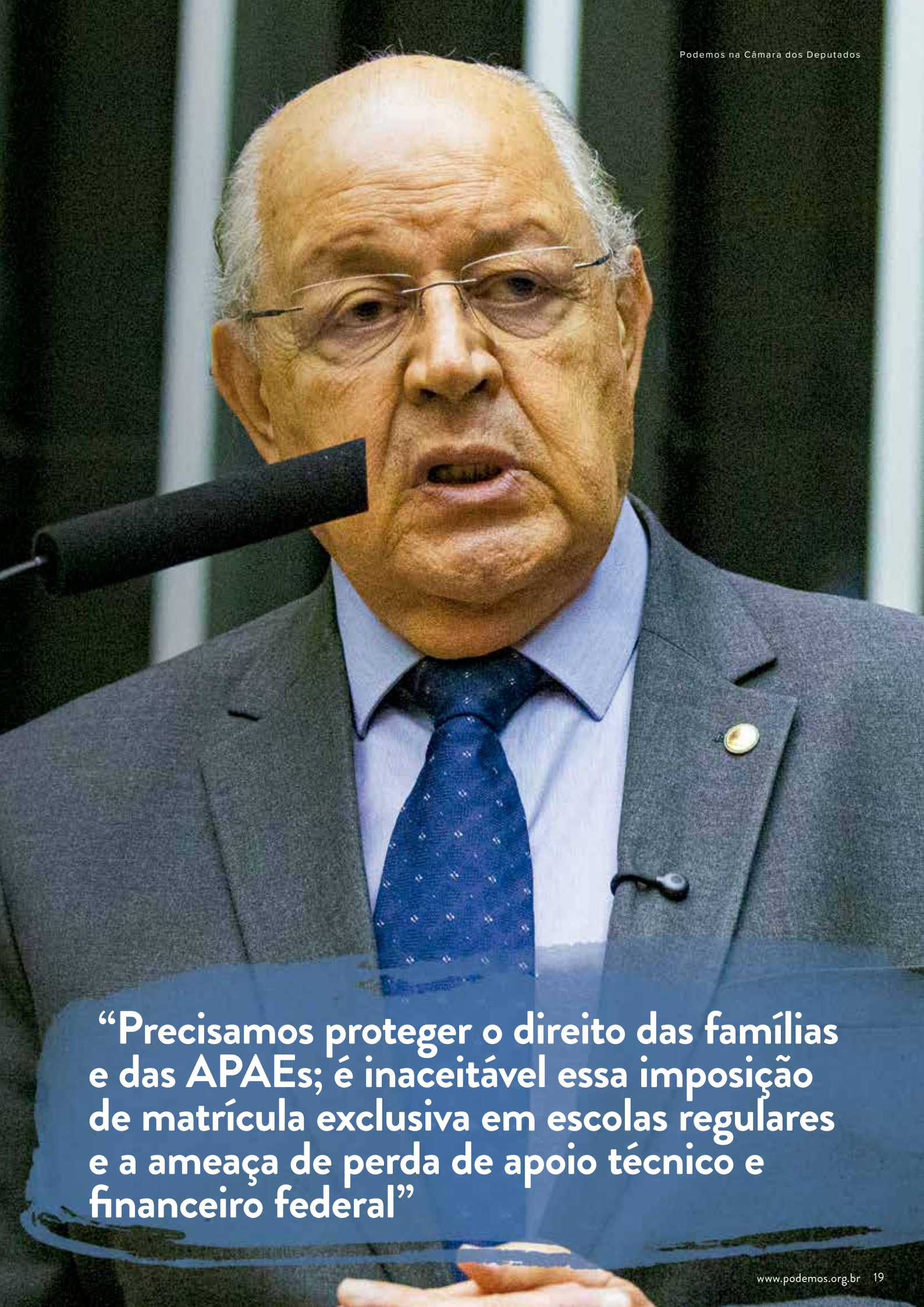
“A verdadeira inclusão é garantir a cada pessoa o direito de aprender onde possa se desenvolver plenamente, seja na escola regular, seja na escola especial, conforme suas necessidades. O Parlamento deve reafirmar que inclusão e educação especial coexistem. Incluir é oferecer múltiplos caminhos, não impor um único modelo”, defendeu o deputado Hauly.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Esse é o #JeitoPodemos de unir experiência, estudo e ação para fazer a diferença!



**“Precisamos proteger o direito das famílias e das APAEs; é inaceitável essa imposição de matrícula exclusiva em escolas regulares e a ameaça de perda de apoio técnico e financeiro federal”**



**“Exatamente por exercerem atividades de risco, fazem jus à aposentadoria com regras especiais”**

# RAFAEL FERA APRESENTA PROJETO PARA VALORIZAR OS SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

É do deputado Rafael Fera (RO) uma proposta em tramitação na Câmara que estabelece aos servidores integrantes do sistema de segurança pública, previstos no Artigo 144 da Constituição Federal, aos guardas municipais e da Polícia Penal, o recebimento de indenização por Atividade de Risco Policial e Bombeiro Militar. A indenização não deve ser inferior a 20% da remuneração total, executadas as vantagens de natureza pessoal.

Ao apresentar o Projeto de Lei 4355/2025, ele lembra da necessidade de valorização das instituições policiais brasileiras, em especial a concessão de melhores condições de trabalho aos operadores de segurança pública.

“Conforme dispõe a Constituição Federal, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal,

polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares”, afirmou.

Fera lembra que estes servidores desempenham relevantes funções de prevenção e combate à criminalidade, submetendo-se permanentemente a condições de risco à sua integridade física e psicológica.

“Exatamente por exercerem atividades de risco, fazem jus à aposentadoria com regras especiais. Nesse sentido, é preciso reconhecer que os agentes de segurança, em especial os policiais militares, bombeiros militares e a Polícia Penal exercem atividade insalubre e de risco. Para isso, torna-se imperioso estabelecer o adicional da remuneração de caráter indenizatório”.

Para ele, figuram nesse rol os guardas municipais, uma vez que ainda que não estejam elencados no caput do artigo como órgãos de segurança pública, devem receber o mesmo benefício para que não haja tratamento diferenciado, assim como, a polícia penal.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Rafael Fera apoiou o programa Agora Tem Especialistas.

# NELY REFORÇA LUTA CONTRA O CÂNCER DE MAMA E DEFENDE AMPLIAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE

O mês de outubro é marcado por uma campanha mundial que salva vidas: o Outubro Rosa, movimento que alerta para a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. Em Minas Gerais e no Brasil, milhares de mulheres enfrentam diariamente essa doença, que, quando detectada no início, tem mais de 90% de chances de cura.

Parlamentar, a deputada Nely tem agido não apenas no discurso, mas com proposições concretas. Em 2023, apresentou o Projeto de Lei 1.799, que institui no SUS uma campanha de avaliação completa e periódica da saúde da mulher com foco na prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento clínico. O projeto já foi aprovado pela Câmara e seguiu para avaliação no Senado. Outro projeto de sua autoria com impacto direto na luta contra o câncer é o PL 5.986/2023, que propõe alterar a Lei 11.664/2008 para incluir exames genéticos tumorais

no SUS nos casos de câncer de mama, colo do útero e colorretal.

Para a deputada, o combate ao câncer de mama vai além da conscientização e exige políticas públicas contínuas, financiamento adequado e uma rede de acolhimento eficiente. Por isso, ela tem mobilizado esforços junto ao governo federal, estados e municípios para garantir que mulheres em todas as regiões tenham acesso rápido aos exames, ao diagnóstico e ao tratamento.


“Outubro é o mês da conscientização, mas a luta contra o câncer de mama precisa acontecer todos os dias. Nosso compromisso é garantir que nenhuma mulher fique sem atendimento, informação e cuidado”, defende Nely Aquino.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

A deputada Nely Aquino é autora da proposta que institui, no SUS, uma campanha de avaliação completa e periódica da saúde da mulher com foco na prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento clínico.



**“A luta contra o câncer de mama precisa acontecer todos os dias. Nosso compromisso é garantir que nenhuma mulher fique sem atendimento, informação e cuidado”**



**“O que queremos é transformar esse debate em ações concretas, com orçamento, metas e resultados. Garantir atenção à mulher na menopausa é uma questão de dignidade e justiça social”**

# ROMERO RODRIGUES PROPÕE POLÍTICA NACIONAL PARA ATENÇÃO À MULHER NA MENOPAUSA

*Especialistas reúnem-se e propõem medidas para garantir acolhimento e tratamento integral no SUS*

O deputado Romero Rodrigues (PB) defendeu a criação de uma Política Nacional de Atenção Integral à Mulher na Menopausa, durante audiência pública realizada na Comissão de Saúde da Câmara. A ideia é assegurar que mulheres tenham acesso à atendimento qualificado, acolhimento e tratamento contínuo por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

O parlamentar lembrou que o tema ainda é cercado por desinformação e preconceito, o que contribui para o sofrimento silencioso de milhões de mulheres. “A menopausa é uma fase natural da vida, mas muitas mulheres enfrentam dificuldades físicas e emocionais sem encontrar apoio adequado. Precisamos transformar isso em política pública, com protocolos, medicamentos disponíveis e profissionais preparados”, afirmou Romero. Debate e propostas

O encontro reuniu especialistas em saúde da mulher, representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina (CFM), além de médicas, pesquisadoras e gestores públicos. A diretora do Departamento de Atenção à Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Mariana Seabra, confirmou que o governo já estuda a criação de protocolos específicos para o atendimento à mulher na menopausa, com foco em cuidados físicos, mentais e sexuais.

Entre as medidas defendidas está a ampliação do acesso à Terapia de Reposição Hormonal (TRH) pelo SUS, com garantia de medicamentos e acompanhamento médico personalizado. Também foi destacada a importância de capacitar profissionais da rede pública, especialmente na atenção básica, para identificar sintomas e orientar as pacientes de forma humanizada.

Outro ponto debatido foi a atualização do Manual de Atenção ao Climatério e Menopausa, documento

técnico do Ministério da Saúde que deve incluir novas diretrizes para acolhimento e tratamento integral. O fortalecimento de programas como o “Agora tem Especialistas”, que amplia o acesso a consultas e exames especializados, foi citado como exemplo de caminho para reduzir desigualdades regionais.

Os participantes defenderam a incorporação de terapias complementares, como auriculoterapia, fitoterapia e yoga, no atendimento oferecido pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Para eles, elas contribuem para aliviar sintomas e promover o bem-estar físico e emocional das mulheres nessa fase.

**Representatividade e conscientização**

Participaram da audiência as médicas Adriana Ferreira, Juliana Risso e Lizandra Sasaki, que apresentaram experiências clínicas e ressaltaram a necessidade de políticas públicas que combatam a desinformação. A representante do Instituto Menopausa Feliz, Adriana Ferreira, defendeu a criação de grupos de apoio e campanhas educativas sobre autocuidado.

A vereadora Fabiana Gomes (Campina Grande-PB) destacou o papel dos municípios na implementação das políticas de saúde: “As cidades precisam estar preparadas para acolher essas ações. Parcerias com universidades e governos estaduais podem fazer a diferença”.

**Encaminhamentos e próximos passos**

Romero Rodrigues anunciou que as propostas debatidas serão encaminhadas ao Ministério da Saúde e à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Saúde da Mulher, com o objetivo de consolidar um documento-base para a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Mulher na Menopausa.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



**CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO**

Nossa luta é para que todas as mulheres, em todas as regiões do país, tenham acesso a atendimento qualificado, acolhimento e tratamento contínuo pelo SUS.

# GILSON DANIEL LANÇA PROGRAMA “EU VOU DE BICICLETA” COM INVESTIMENTO DE R\$ 6 MILHÕES PARA AGENTES DE SAÚDE

Com forte atuação na Comissão Especial que discutiu a PEC 14/2021, garantindo aposentadoria especial e regularização dos vínculos para Agentes de Saúde e de Combate às Endemias, e sua consequente aprovação no plenário da Câmara dos Deputados, Gilson Daniel, do Espírito Santo, segue incansável na luta pela valorização e reconhecimento desses profissionais.

Durante o Seminário Estadual promovido pela Comissão Especial, o parlamentar lançou o programa “Eu Vou de Bicicleta”, que vai destinar R\$ 6 milhões em emendas parlamentares para beneficiar os agentes em todo o Espírito Santo. O evento, realizado na Câmara Municipal de Viana/ES, no dia 29 de setembro, foi histórico e reuniu mais de 500 profissionais da linha de frente do SUS.

O programa vai garantir a entrega de bicicletas elétricas, equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais de trabalho para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. O objetivo é dar mais segurança,

agilidade nas visitas domiciliares e condições dignas de trabalho para que os profissionais possam atender melhor as famílias em cada município capixaba.

“Esse é um compromisso de coração com aqueles que cuidam da saúde da nossa população. Os agentes precisam de respeito, valorização e condições reais de trabalho. Esse programa é um marco e vamos juntos transformar a realidade desses profissionais no Espírito Santo”, afirmou o deputado.

Com grande adesão e emoção, o evento consolidou o compromisso do parlamentar em fortalecer a atenção primária de saúde por meio da valorização dos agentes. Para participar do programa deve ser feito um cadastro pelo site oficial do deputado: [www.gilsondaniel.com.br](http://www.gilsondaniel.com.br).

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado mais municipalista do Brasil é do Podemos!



“O Brasil que dá certo começa nos municípios e ninguém representa melhor essa verdade do que os agentes, que estão na ponta, de casa em casa, fazendo a diferença na vida das pessoas”



**“Crueldade contra animais não é um erro menor. É violência. E violência precisa ter resposta à altura”**

# PROJETO DE RUY REFORÇA DEFESA DOS ANIMAIS: PUNIÇÕES MAIS DURAS CONTRA MAUS-TRATOS

Os casos de maus-tratos contra animais poderão ter punições mais duras e proporcionais à gravidade do crime. É isso que prevê um novo projeto de lei apresentado pelo deputado Ruy Carneiro (PB), que determina a proibição do acordo de não persecução penal nesses casos. A proposta altera o artigo 28-A do Código de Processo Penal e fecha uma brecha na legislação que, atualmente, permite que agressores escapem de punições mais severas por meio de negociações judiciais.

“Crueldade contra animais não é um erro menor. É violência. E violência precisa ter resposta à altura. Nossa legislação precisa dizer, com todas as letras, que a vida e o bem-estar dos animais importam. Quem comete esse tipo de crime precisa ser responsabilizado plenamente”, declarou Ruy ao justificar a nova iniciativa, prevista no Projeto de Lei 5220/2025.

O objetivo é garantir mais rigor nas penas de crimes relacionados aos casos de maus-tratos, eliminando mecanismos que possam favorecer a impunidade e dando uma resposta penal proporcional ao impacto social dessas condutas.

Legalmente, a matéria acrescenta um inciso ao artigo 28-A do Código de Processo Penal, deixando claro que o Acordo de Não Persecução Penal não poderá ser

aplicado nos crimes de maus-tratos, previstos no artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais. Na prática, isso significa que quem for flagrado agredindo, torturando ou praticando atos cruéis contra animais não poderá mais se livrar do processo com acordos extrajudiciais.

A proposta também está alinhada a um entendimento recente do Ministério Público da Paraíba, que decidiu que casos de violência contra animais não devem ser passíveis de acordos penais. Para Ruy, esse movimento representa um avanço importante na proteção dos direitos dos animais e na consolidação de uma política criminal que reflita o sentimento de repúdio da sociedade diante desses atos.

## Histórico de atuação

Ruy foi o primeiro parlamentar do Brasil a destinar recursos federais, na ordem de R\$1,3 milhão, para a construção e compra de equipamentos de um hospital público veterinário em João Pessoa (PB). O pioneirismo permitiu que esse tipo de investimento fosse incluído no orçamento federal, podendo ser realizado através de uma linha específica de destinação de valores para estados e municípios.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

É hora de expor a realidade, cobrar responsabilidades e fortalecer a proteção da infância no ambiente online.

# DEPUTADO SAMUEL SANTOS QUER FORTALECER MEDICINA PREVENTIVA NAS ESCOLAS

É do deputado Samuel Santos (GO) um projeto que trata da criação do “Programa de Medicina preventiva Escolar”, por meio da articulação entre o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa Saúde na Escola (PSE) e do Fortalecimento do Programa Mais Médicos para o Brasil. A proposta está no Projeto de Lei (PL) 4592/2025, apresentado por ele nesta terça-feira (16) à Mesa Diretora da Câmara.

“A criação do programa tem o objetivo de viabilizar ações mais efetivas de promoção da medicina preventiva dos estudantes da escola básica pública por meio de avaliações e diagnósticos tempestivos assim como do encaminhamento adequado para cada caso”, defende o parlamentar do Podemos.

Na justificativa do projeto, Samuel Santos lembra que o governo federal, em articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, desenvolve desde 2006 o Programa Saúde na Escola, com a adesão de

Municípios e Estados.

Paralelamente, há décadas também existe o Programa Saúde da Família, amplamente disseminado no país, que responde pela atenção básica em saúde por meio de equipes formadas por médicos, enfermeiros e agentes comunitários. Essas equipes visitam as famílias, acompanham ocorrências de enfermidades e realizam encaminhamentos para atendimento, inicialmente nos postos de saúde.


“É de grande importância que haja a articulação sistemática dos dois programas: Programa Saúde na Escola e Programa Saúde da Família para que se potencialize a capacidade de ação por meio de maior coordenação e sinergia entre os mesmos”, completa.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Com o voto do Deputado Samuel Santos, o SUS ganha força!

A man with dark hair, wearing a dark suit, white shirt, and dark tie, is speaking into a microphone. He is positioned behind a podium. The background is dark with vertical lines, possibly a window or a wall. The text is overlaid on a blue semi-transparent banner at the bottom of the image.

“É importante que haja articulação sistemática dos dois programas: o da Saúde na Escola e o da Saúde da Família para que se potencialize a capacidade de ação por meio de maior coordenação”

A close-up portrait of a woman with shoulder-length brown hair, wearing a white collared shirt and pearl earrings. She has a slight smile and is looking directly at the camera. The background is dark and out of focus.

**“Oportunizar a primeira experiência da enfermagem recém-formados significa nos preparar para o futuro com responsabilidade de garantir assistência de enfermagem livre de danos ao paciente.”**

# OS DESAFIOS DOS RECÉM-FORMADOS DA ENFERMAGEM NA BUSCA DO EMPREGO

A universalização do ensino superior no Brasil como política pública de acesso à educação tem realizado o sonho de muitas pessoas de cursar graduação em enfermagem. Porém, o grande número de profissionais que se forma e não consegue trabalhar na área tem sido motivo de debate da bancada da enfermagem na Câmara dos Deputados.

Se por um lado ficou mais fácil acessar ensino superior na área da enfermagem em função das inúmeras instituições de ensino que existem no mercado privado da educação, por outro, faltam oportunidades aos recém-formados para conseguir o primeiro emprego na assistência direta.

Esse público, em sua maioria jovens pertencentes a famílias humildes, tem amargado sabor da “porta na cara” e da cobrança do mercado pela experiência. Mas como adquirir experiência, sem ter oportunidade de adquiri-la?

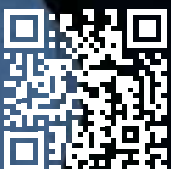
Como relatora do Projeto de Lei 4718/2024, nossa deputada Enfermeira Ana Paula (CE) tem lutado

pela aprovação do substitutivo ao projeto que busca garantir que os setores públicos e privados possam contratar recém-formados para oportunizar a primeira experiência e estabelece critérios de incentivos para contratações sem a exigência de experiência.

Também é importante lembrar que no período de pandemia, mesmo havendo mais profissionais de enfermagem formados no mercado, poucos detinham expertise para atuar na assistência aos pacientes nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI).

Assim, oportunizar a primeira experiência da enfermagem recém-formados significa nos preparar para o futuro com responsabilidade de garantir assistência de enfermagem livre de danos ao paciente.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Transporte coletivo urbano e intermunicipal gratuito para profissionais da enfermagem é uma proposta da deputada Enfermeira Ana Paula!

# APROVADO RELATÓRIO DE BRUNO GANEM QUE ENDURECE PUNIÇÃO A QUEM ACORRENTA CÃES

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara aprovou o relatório do deputado Bruno Ganem (SP) ao Projeto de Lei 2.648/2025. A proposta altera a Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) para tornar mais rigorosa a punição de quem mantém cães acorrentados de forma cruel ou permanente.

O texto aprovado determina que quem manter um cão acorrentado continuamente, ou utilizar instrumentos que impeça sua locomoção natural, causem dor, ferimentos ou sofrimento, será enquadrado no crime de maus-tratos, com pena de reclusão de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda do animal.

Além disso, o projeto prevê agravamento da pena em até metade quando a conduta resultar em sofrimento prolongado ou lesão corporal, e estabelece multa administrativa de R\$ 5 mil por animal, dobrada em caso de reincidência.

Para Bruno Ganem, o projeto é um avanço necessário na proteção dos animais, pois o acorrentamento contínuo representa uma das práticas mais cruéis e naturalizadas ainda existentes no país.

“Acorrentar um cão é negar a ele o direito de viver com dignidade. Precisamos de leis firmes para punir e prevenir a crueldade contra os animais”, destacou o parlamentar.

O relatório de Ganem também reforça o caráter educativo e punitivo da legislação ambiental, estimulando a mudança de comportamento e a responsabilização dos agressores. O texto segue agora para análise das demais comissões da Câmara.

Reconhecido nacionalmente por sua atuação em defesa dos direitos dos animais, Bruno Ganem tem sido autor e relator de diversas propostas voltadas à proteção animal e à conscientização social. O deputado ressalta que leis mais duras são fundamentais para coibir abusos e construir uma cultura de respeito e empatia.

Com a aprovação do parecer, o Congresso dá mais um passo importante na consolidação de políticas públicas que reforcem o compromisso com o bem-estar animal, em consonância com o que determina o Artigo 225 da Constituição Federal, que veda práticas de crueldade contra a fauna.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Bruno Ganem luta por leis que protejam os animais, desde a adoção responsável ao fim do sofrimento por acorrentamento.

**“Acorrentar um cão é negar a ele o direito de viver com dignidade. Precisamos de leis firmes para punir e prevenir a crueldade contra os animais”**

**“A endometriose pode evoluir rapidamente e a demora no atendimento médico pode agravar o sofrimento da paciente”**

# TRANSFORMADO EM LEI PROJETO DE FÁBIO MACEDO VOLTADO À SAÚDE DA MULHER

Em pouco mais de um ano de mandato, projetos de lei de autoria do deputado Fábio Macedo (MA), voltados para a saúde da mulher, foram aprovados no Congresso Nacional. Um deles, o PL 583/2023 já se tornou lei! Trata-se da Lei Ordinária 14737/2023, que amplia o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.

Outra proposta do deputado, PL 614/2024 — que aguarda apreciação do Senado Federal —, estabelece o acesso prioritário ao tratamento clínico e cirúrgico para mulheres diagnosticadas com endometriose. A proposta prevê atendimento integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e inclui atendimento multidisciplinar, incluídos nutricionistas e psicólogos conforme a gravidade da doença; acesso a exames e modalidades terapêuticas; assistência farmacêutica; e ainda fisioterapia. “A endometriose pode evoluir rapidamente e a demora no atendimento médico pode agravar o sofrimento da paciente. Além disso, em muitos casos, é preciso fazer cirurgia e a nossa proposição prevê definição de prazo regulamentar para

esse procedimento, quando indicado”, explica o deputado. Tramitação de projetos

A tramitação de uma proposta na Câmara dos Deputados começa nas comissões de mérito e/ou admissibilidade; de adequação financeira e orçamentária; e encerra com a análise de constitucionalidade, na comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e/ou Comissão Especial. Dependendo do regime de tramitação do projeto, segue para o plenário ou direto para o Senado.

Os projetos de lei aprovados na Câmara e no Senado são enviados ao presidente da República para sanção. O presidente tem 15 dias para sancionar ou vetar a proposta de forma total ou parcial. Todos os vetos precisam ser votados pelo Congresso Nacional.

Em 2024, a Câmara dos Deputados aprovou 339 projetos de lei, com total de 716 propostas aprovadas ao todo, incluindo projetos de decreto legislativo, entre outros.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Fábio Macedo quer que o Brasil reconheça essa forma de abuso como violência doméstica e familiar, para proteger mais mulheres e assegurar atendimento no SUS.

ARTIGO - RENATA ABREU | Presidente Nacional do Podemos e Deputada federal (SP)

# EDUCAÇÃO ESPECIAL COMEÇA PELA VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

A Educação é a base de todas as transformações sociais. É nela que moldamos cidadãos, construímos oportunidades e definimos o futuro do país. Mas o Brasil ainda vive uma contradição: temos uma das legislações mais avançadas do mundo em defesa das pessoas com deficiência, e ao mesmo tempo estamos muito distantes de garantir a inclusão real.

Um levantamento do Instituto Rodrigo Mendes, com dados do Censo Escolar/Inep, revela esse abismo: no ritmo atual de formação de professores, levaríamos 468 anos para preparar todos os profissionais da rede. Enquanto o número de alunos com deficiência mais que dobrou nos últimos dez anos — hoje já são mais de 2 milhões de matrículas em escolas regulares —, a proporção de docentes especializados passou de 4,4% para apenas 6,4%. Em 2014 havia um professor para cada 9 estudantes da educação especial; hoje é apenas 1 para cada 13.

Essa baixa formação não acontece por acaso. Ela reflete a desvalorização histórica da docência no Brasil: salários baixos, falta de infraestrutura, sobrecarga, turmas superlotadas e ausência de capacitação continuada. Esse cenário afasta talentos e desestimula os jovens a seguir a profissão, fragilizando a qualidade do ensino.

É nesse contexto que tenho lutado por uma Educação de qualidade e inclusiva, que não deixa

ninguém para trás. Defendo que o professor da educação básica pública tenha reajuste salarial sempre que houver aumento dos vencimentos dos parlamentares federais. Se os representantes do povo podem ter seus salários corrigidos, é justo que os formadores do futuro da Nação sejam valorizados.

Também sigo firme na defesa da formação obrigatória de educadores para atender alunos com autismo e outras deficiências. Inclusão não é apenas dividir a mesma sala, mas garantir que cada estudante tenha a oportunidade real de aprender, com professores preparados, motivados e respeitados.

Formação inicial consistente, capacitação continuada, equipes multidisciplinares, salas de recursos, melhores condições de trabalho e remuneração justa são pilares de uma educação inclusiva que funcione de verdade.

Mas acima de tudo, é preciso lembrar: sem o professor não há inclusão. É ele quem transforma a lei em prática, a igualdade em realidade e a esperança em futuro. O Brasil precisa valorizar o professor. O tempo da inclusão é hoje! E ela só será verdadeira se caminhar de mãos dadas com quem ensina.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



# JUNTOS PODEMOS

 [podemos.org.br](https://podemos.org.br)

## SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 [contato@podemos.org.br](mailto:contato@podemos.org.br)      @podemos20

## SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 [juntos@podemos.org.br](mailto:juntos@podemos.org.br)      @podemos20

 **podemos**  
CÂMARA